

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
			(Reclassificado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	883.954	583.793
Contas a receber de clientes e outros	6	1.641.966	1.555.637
Títulos e valores mobiliários	7	7.580	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	11.129	379.508
Impostos e contribuições a recuperar	8	350.732	195.276
Serviços em curso		18.246	24.019
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	268.602	151.094
Outros ativos circulantes		<u>170.565</u>	<u>125.104</u>
Total do ativo circulante		3.352.774	3.014.431
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	63.729	63.263
Títulos e valores mobiliários	7	3.158	2.963
Instrumentos financeiros derivativos	14	396.806	133.414
Impostos e contribuições a recuperar	8	151.210	125.060
Impostos e contribuições diferidos	9	185.245	302.804
Depósitos judiciais	18	433.601	410.881
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	24.064	9.950
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	8.599	42.822
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	4.757.847	4.057.274
Outros ativos não circulantes		14.734	11.413
Intangível	12	<u>5.138.799</u>	<u>4.379.401</u>
Total do ativo não circulante		11.177.792	9.539.245
Ativo total		<u>14.530.566</u>	<u>12.553.676</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	880.638	1.048.130
Empréstimos e financiamentos	14	548.775	1.825.154
Debêntures	14	332.521	7.695
Instrumentos financeiros derivativos	14	3.102	7.516
Salários e encargos a pagar	15	86.278	92.029
Encargos setoriais	16	101.757	134.859
Impostos e contribuições a recolher	17	201.717	175.993
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	166.111	225.882
Provisões	18	56.837	77.327
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	43.420	45.224
Outros passivos circulantes	19	294.333	287.515
Total do passivo circulante		2.715.489	3.927.324
Não circulante			
Fornecedores	13	47.131	44.130
Empréstimos e financiamentos	14	3.298.878	2.853.558
Debêntures	14	2.106.180	664.575
Instrumentos financeiros derivativos	14	21	403
Encargos setoriais	16	38.221	30.917
Impostos e contribuições a recolher	17	6.354	5.360
Provisões	18	270.355	239.280
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	719.057	710.583
Recursos destinados a aumento de capital	20	-	850.000
Outros passivos não circulantes	19	123.879	61.858
Total do passivo não circulante		6.610.076	5.460.664
Patrimônio líquido	20		
Capital social		2.988.162	1.299.048
Reservas de capital		355.960	357.621
Reservas de lucros		1.836.795	1.766.146
Outros resultados abrangentes		(242.396)	(257.127)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		266.480	-
Total do patrimônio líquido		5.205.001	3.165.688
Passivo e patrimônio líquido total		14.530.566	12.553.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2018	2017 (Reclassificado)
Receita líquida	21	9.237.364	8.141.238
Custos dos serviços		(7.512.417)	(6.933.718)
Custos com energia elétrica	22	(4.693.063)	(4.247.665)
Custos de operação	23	(1.193.778)	(1.289.093)
Custos de construção		(1.625.576)	(1.396.960)
Lucro bruto		1.724.947	1.207.520
Despesas com vendas	23	(211.940)	(253.982)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	23	(365.900)	(264.748)
Lucro operacional		1.147.107	688.790
Resultado Financeiro		(387.036)	(476.692)
Receitas financeiras	24	2.447.029	1.149.522
Despesas financeiras	24	(2.834.065)	(1.626.214)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		760.071	212.098
Imposto de renda e contribuição social		(121.514)	(35.054)
Corrente	9	(13.816)	-
Diferido	9	(107.698)	(35.054)
Lucro líquido do exercício		638.557	177.044
Lucro básico e diluído por ação do capital em - R\$:			
Ordinária		2,6672	0,8413
Preferencial A		2,6672	0,8413
Preferencial B		2,9339	0,9254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	638.557	177.044
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho líquido (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós emprego	34.682	(152.300)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	(11.792)	51.782
Total dos itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	22.890	(100.518)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho líquido (perda) em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(12.362)	-
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	4.203	-
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	(8.159)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	14.731	(100.518)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	653.288	76.526
 Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:		
Ordinária	2,7287	0,3636
Preferencial A	2,7287	0,3636
Preferencial B	3,0016	0,4000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital					Reserva de Lucros					Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Gastos com Emissão de Ações	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	709.872	18.569	339.052	340.429	-	856.928	108.433	739.031	(156.608)	-	-	2.955.706
Aumento de capital	589.176	-	-	(340.429)	-	-	-	-	-	-	-	248.747
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.044	-	177.044
Outros resultados abrangentes												
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	--	-	-	-	(100.519)	-	-	(100.519)
Destinação:												
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	61.754	-	(61.754)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(115.290)	-	(115.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.299.048	18.569	339.052	-	-	856.928	108.433	800.785	(257.127)	-	-	3.165.688
Aumento de capital	1.689.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.689.114
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	393	-	-	-	-	-	393
Adoção inicial CPC 48 /IFRS 9 (Nota 2.6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411	-	4.411
(-) Gastos com Emissão de Ações	-	-	-	-	(1.661)	-	-	-	-	-	-	(1.661)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	638.557	-	638.557
Outros resultados abrangentes												
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	22.890	-	-	22.890
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.159)	-	-	(8.159)
Destinação:												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	31.928	-	-	(31.928)	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	38.328	-	-	-	(38.328)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(306.232)	-	(306.232)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(266.480)	266.480	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.988.162	18.569	339.052	-	(1.661)	895.649	140.361	800.785	(242.396)	-	266.480	5.205.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
		(Reclassificado)
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	638.557	177.044
Ajustes para:		
Amortização (*)	434.898	399.203
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(278.671)	(157.836)
Imposto de renda e contribuição social	107.698	35.054
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	363.353	400.170
Valor de reposição estimado da concessão	(234.632)	(152.139)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de investimento, intangíveis e financeiros indenizáveis	35.654	54.740
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	61.474	69.740
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	86.082	74.168
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	71.358	62.622
Atualização das provisões para contingências	45.110	41.723
Atualização de títulos e valores mobiliários	(783)	(380)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	(7.969)	(4.095)
	1.322.129	1.000.014
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(166.194)	(370.241)
IR e CSLL a recuperar	(127.176)	4.302
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(54.338)	(59.593)
Depósitos judiciais	(10.723)	8.180
Despesas pagas antecipadamente	(23.073)	(24.267)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	195.386	51.541
Benefício pós emprego e outros benefícios	22.393	28.956
Outros ativos	(88.648)	(124.640)
	(252.373)	(485.762)
Fornecedores	(166.152)	232.353
Salários e encargos a pagar	(5.751)	26.842
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(367.049)	(404.361)
Encargos setoriais	(29.827)	48.951
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(26.986)	(9.303)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	9.130	12.079
Indenizações e contingências pagas	(95.999)	(120.745)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(66.509)	(38.099)
Outros passivos	68.839	52.109
	(680.304)	(200.174)
Fluxo de caixa oriundo/(consumido) das atividades operacionais	389.452	314.078
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(1.758.675)	(1.793.701)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários	(6.992)	208.811
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(1.765.667)	(1.584.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	839.114	248.744
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	850.000
Captação de empréstimos e financiamentos	721.663	1.640.082
Captação de debêntures	2.000.000	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.496.024)	(1.302.881)
Amortização do principal de debêntures	(250.000)	-
Pagamentos de custos de captação	(26.577)	(15.399)
Depósitos em garantia	8.848	(2.794)
Obrigações especiais	200.480	369.185
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(321.128)	(7.863)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.676.376	1.779.074
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	300.161	508.262
Caixa e equivalentes no início do exercício	583.793	75.531
Caixa e equivalentes no final do exercício	883.954	583.793
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	300.161	508.262

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
		(Reclassificado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	13.262.792	11.764.954
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa e perdas	(86.082)	(74.168)
	13.176.710	11.690.786
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (4.470.186)	(4.310.082)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (714.524)	(355.449)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (2.468.725)	(2.301.493)
	(7.653.435)	(6.967.024)
Valor adicionado bruto	5.523.275	4.723.762
Amortização	(*) (434.898)	(399.203)
Valor adicionado líquido	5.088.377	4.324.559
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 2.459.644	1.156.063
Valor adicionado total a distribuir	7.548.021	5.480.622
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	192.871	205.634
Encargos sociais (exceto INSS)	34.519	41.035
Auxílio alimentação	29.028	24.927
Previdência privada e outros benefícios	15.763	22.487
Despesas com desligamento	25.340	8.955
Férias e 13º salário	49.255	48.435
Plano de saúde	42.799	30.935
Participação no resultado	42.695	49.406
Administradores	3.110	8.842
(-) Transferência para ordens	(79.141)	(60.902)
Outros	5.065	11.096
Subtotal	361.304	390.850
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	54.927	48.119
ICMS	2.245.524	1.935.671
PIS/COFINS	550.590	523.763
Imposto de renda e contribuição social	121.514	35.054
Obrigações intra-setoriais	718.709	721.997
Outros	15.306	14.883
Subtotal	3.706.570	3.279.487
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	2.834.065	1.626.214
Aluguéis	(*) 7.525	7.027
Subtotal	2.841.590	1.633.241
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	306.232	115.290
Dividendos adicionais propostos	266.480	-
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	38.328	-
Reserva Legal	31.928	-
Reserva de retenção de lucro	-	61.754
Adoção Inicial CPC 48/IFRS 9	(4.411)	-
Subtotal	638.557	177.044
Valor adicionado total distribuído	7.548.021	5.480.622

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Salvador – Bahia – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) e controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente, na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de Estimativa de Valor Justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 21 (a) e 21 (c), respectivamente;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 21 (b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide notas explicativas 11 e 12;
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 6;
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 27;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 18;
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 10.
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Vide nota explicativa 29.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") ou ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

Política aplicável após 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Clientes, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

- (ii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Outras Receitas”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “Outras Receitas” em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

g) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

h) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

j) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 26.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

o) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

p) Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento, o de distribuição de energia, portanto a Companhia não apresenta informações segmentadas em nota específica.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado abaixo.

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição (TUSD)	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida a valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

Os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 na Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	Ref	Saldo reportado em 2018	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita líquida	(a)/(b)	9.237.364	56.099	9.293.463
Custo do serviço	(b)	(7.512.417)	(50.807)	(7.563.224)
Despesa com vendas	(a)	(211.940)	(5.292)	(217.232)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(365.900)	-	(365.900)
Resultado financeiro		(387.036)	-	(387.036)
Imposto de renda e contribuição social		(121.514)	-	(121.514)
Lucro líquido do exercício		638.557	-	689.557

(a) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência.

(b) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD.

II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas como lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	64.553
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	VJR	Custo amortizado	183
Fundos de Investimentos	VJR	VJR	519.057
Títulos e valores mobiliários:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	2.963
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.618.900
Concessão do Serviço Público - Indenização	Disponível para venda	VJR	4.057.274
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	193.916
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	512.922
Total de ativos financeiros			6.969.768
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	1.092.260
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.520.265
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	554.347
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	3.158.447
Debêntures	VJR	VJR	117.923
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	7.919
Total de passivos financeiros			6.451.161

- Contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 /IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da Companhia (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos.

A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia.

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, baseada nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses, para todas as classes de consumo e todas as faixas do "aging list". A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

Em R\$ mil	<i>Impairment adicional</i>
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	6.683
Impostos diferidos	(2.272)
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	4.411

III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	15.476	15.476

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações a diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e <i>joint ventures</i> .	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, no seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa, autorizado pela administração em 16 de fevereiro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, do lucro líquido do exercício e da demonstração de resultados abrangentes.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Retificação de Erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis;
- Mudança nas estimativas contábeis; e
- Retificação de erro.

3.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Ativo Circulante				
Contas a receber de clientes e outros	(a)	1.554.337	1.300	1.555.637
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(b)	15.996	(15.996)	-
Outros ativos circulantes	(a)/(b)	110.408	14.696	125.104
Demais ativos circulantes não impactados		1.333.690	-	1.333.690
Total do Ativo Circulante		3.014.431	-	3.014.431
Ativo não Circulante				
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(b)	14.709	(4.759)	9.950
Outros ativos não circulantes	(b)	1.506	4.759	6.265
Demais ativos não circulantes não impactados		9.523.030	-	9.523.030
Total do Ativo não Circulante		9.539.245	-	9.539.245
Total do Ativo		12.553.676	-	12.553.676
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.553.676	-	12.553.676

- (a) Reclassificação dos saldos de cheque cobrança especial que estavam contabilizados na rubrica de Outros ativos circulantes para Contas a receber de clientes e outros, no montante de R\$ 1.300. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação dos saldos a receber das fundações que estavam contabilizados na rubrica de Benefício Pós-emprego para Outros ativos circulantes, no montante de R\$ 15.996, e para Outros ativos não circulantes o montante de R\$ 4.759. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2 Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017.

	Ref	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	(a)	8.138.430	2.808	8.141.238
Custo do serviço	(b)	(6.941.986)	8.268	(6.933.718)
Despesa com vendas		(253.982)	-	(253.982)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	(a)/(b)	(253.672)	(11.076)	(264.748)
Resultado financeiro		(476.692)	-	(476.692)
Imposto de renda e contribuição social		(35.054)	-	(35.054)
Lucro líquido do exercício		177.044	-	177.044

- (a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receitas para Material (Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante de R\$ 2.808. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (b) Reclassificação de Outras receitas operacionais/perdas, do Custo do serviço para Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas, no montante de R\$ 8.268. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	2017	Reclassificações	2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	212.098	(212.098)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	177.044	177.044
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)/(b)	785.122	37.848	822.970
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(c)	(476.459)	(9.303)	(485.762)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(c)/(d)	(194.100)	(6.074)	(200.174)
Caixa oriundo das atividades operacionais		326.661	(12.583)	314.078
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(1.584.890)	-	(1.584.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(b)/(d)	1.766.491	12.583	1.779.074
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		508.262	-	508.262

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

- (a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impacto nos grupos de ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.
- (b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Fluxo de caixa das atividades operacionais para Fluxo de caixa das atividades de financiamento, no montante de R\$ 2.794. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (c) Reclassificação do imposto segregado entre ativo e passivo para melhor apresentação, no montante de R\$ 9.303. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
- (d) Reclassificação do pagamento de custo de captação, da amortização do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (Fluxo de caixa das atividades de financiamento) para encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Fluxo de caixa das atividades operacionais), no montante de R\$ 15.377. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.4 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017.

Demonstração do valor adicionado	Ref.	2017 (Apresentado)	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)	4.327.367	(2.808)	4.324.559
Valor adicionado recebido em transferência		1.156.063	-	1.156.063
Valor adicionado total a distribuir		5.483.430	(2.808)	5.480.622
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		390.850	-	390.850
Impostos, Taxas e Contribuições	(a)	3.282.295	(2.808)	3.279.487
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.633.241	-	1.633.241
Remuneração de Capitais Próprios		177.044	-	177.044
Valor adicionado distribuído		5.483.430	(2.808)	5.480.622

- (a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receitas para Material (Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante de R\$ 2.808. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2018	2017
jan	Verde	Verde
fev	Verde	Verde
mar	Verde	Amarela
abr	Verde	Vermelha Patamar 1
mai	Amarela	Vermelha Patamar 1
jun	Vermelha Patamar 2	Verde
jul	Vermelha Patamar 2	Amarela
ago	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
set	Vermelha Patamar 2	Amarela
out	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
nov	Amarela	Vermelha Patamar 2
dez	Verde	Vermelha Patamar 1

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 355.434 (R\$ 318.970 em 31 de dezembro de 2017) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 5.636 (R\$ 106.231 repassados em 31 de dezembro de 2017) foram recebidos através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(ii) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

(iii) Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

(iv) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 363.883 (R\$ 319.059, em 31 de dezembro de 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

(v) Revisão Tarifária Periódica – RTP 2018

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A ANEEL aprovou em 17 de abril de 2018, a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, com vigência a partir de 22 de abril de 2018, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.382/2018. A revisão tarifária da Companhia trouxe um reajuste nas tarifas de 21,18%, dos quais 18,45% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 2,73% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio a ser percebidos pelos consumidores é de 16,95%, sendo 16,17% para os consumidores da alta tensão e 17,27% baixa tensão.

(vi) Base de Remuneração Regulatória (BRR)

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após o período de cinco anos de investimentos realizados pela Companhia (período esse definido como Ciclo Incremental), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No momento da Revisão Tarifária Periódica será definida a remuneração adequada sobre os investimentos realizados pela empresa no Ciclo Incremental. É quando a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL avalia os custos incorridos pela concessionária no sentido de identificar se foram prudentes e eficientes, conforme os critérios definidos pela própria agência, para manter/melhorar a concessão do serviço público de energia elétrica.

Pode ser que quando do processo de Revisão Tarifária Periódica os custos regulatórios definidos pela ANEEL sejam maiores ou menores do que aqueles praticados pela distribuidora. Nesse sentido, a concessionária pode ter um ganho ou uma perda no processo de Revisão Tarifária Periódica.

No Ciclo de Revisão Tarifária Periódica que a companhia acabou de passar (novembro 2012 a outubro 2017) os investimentos realizados pela companhia foram reconhecidos pela ANEEL como sendo maiores do que os custos praticados pela empresa. Com isso, o Valor Novo de Reposição – VNR quando comparado com o Valor Original Contábil – VOC representou um ganho de 11,4%.

O resultado da Revisão Tarifária Periódica tem reflexo direto no Ativo Financeiro da concessão no sentido de que o cálculo do valor dos investimentos ainda não amortizados, para fins de indenização, utiliza a metodologia do VNR aplicado sobre o saldo residual dos Ativos Fixos ao final do prazo contratual da concessão. Em decorrência do reconhecimento pela ANEEL dos investimentos realizados no ciclo incremental a companhia registrou um ganho de R\$ 89.826 de Ativo Financeiro no resultado de 2018, nota explicativa 11.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Ref.	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e depósitos bancários à vista		89.706	64.553
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		251.209	183
Fundos de investimentos	(a)	543.039	519.057
Total de caixa e equivalentes de caixa		883.954	583.793

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Fundo de investimentos de caixa e equivalente de caixa

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Carteira (Caixa e Equivalente de Caixa)	2018	2017
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	138.726	210.571
Títulos públicos	5.802	6.512
Compromissadas com lastro de títulos públicos	135	145
BB Polo 28 FI Renda Fixa	144.663	217.228
Compromissadas com lastro de títulos públicos	128.464	769
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	128.453	769
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	32.334	300.174
Compromissadas com lastro de títulos públicos	78.725	-
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	111.059	300.174
Compromissadas com lastro de títulos públicos	158.864	886
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	158.864	886
Total fundos exclusivos	543.039	519.057

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref	2018	2017
Consumidores	(a)	1.697.761	1.466.702
Terceiros		1.697.653	1.466.635
Partes relacionadas		108	67
Comercialização de energia na CCEE	(b)	33.863	231.316
Disponibilização sistema de distribuição		71.253	49.438
Terceiros		70.699	48.886
Partes relacionadas		554	552
Serviços prestados a terceiros		14.676	14.170
Serviços taxados e administrativos		9.120	9.166
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	115.117	119.123
Outros créditos de terceiros		88.665	56.148
(-)Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(324.760)	(327.163)
Total		1.705.695	1.618.900
Circulante		1.641.966	1.555.637
Não circulante		63.729	63.263

(a) Consumidores

	Saldos vencidos			Total		PPECLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
Setor privado							
Residencial	239.014	252.144	196.285	687.443	584.336	(152.768)	(172.061)
Industrial	77.621	13.855	31.936	123.412	115.900	(23.742)	(18.672)
Comercial	187.817	63.748	76.652	328.217	284.191	(48.917)	(54.152)
Rural	48.161	26.392	45.654	120.207	103.053	(36.614)	(24.878)
	552.613	356.139	350.527	1.259.279	1.087.480	(262.041)	(269.763)
Setor público							
Federal	7.093	5.597	1.469	14.159	10.710	(378)	(843)
Estadual	15.774	11.137	800	27.711	16.065	(581)	(612)
Municipal	19.107	14.361	9.535	43.003	40.649	(3.958)	(13.476)
	41.974	31.095	11.804	84.873	67.424	(4.917)	(14.931)
Iluminação pública	34.008	15.738	33.546	83.292	40.021	(9.684)	(3.750)
Serviço público	24.008	5.969	19.125	49.102	61.012	(8.901)	(5.397)
Fornecimento não faturado	221.215	-	-	221.215	210.765	(1.434)	-
Total	873.818	408.941	415.002	1.697.761	1.466.702	(286.977)	(293.841)
Circulante				1.665.700	1.446.325	(286.977)	(293.841)
Não circulante				32.061	20.377	-	-

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.093 (R\$ 14.829 em 2017), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 41.710 e refere-se aos meses de outubro a dezembro de 2018 (R\$ 45.803 em 31 de dezembro de 2017).

(c.2) CDE:

Em 17 de abril de 2018, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.382/2018 aprovando o valor mensal de R\$ 38.552 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2018 a março de 2019.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 73.407 (R\$ 73.320 em 31 de dezembro de 2017) e corresponde às quotas dos meses de outubro a dezembro.

(d) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(334.975)	(14.829)	(33.340)	(383.144)
Adições	(173.174)	-	(1.776)	(174.950)
Reversões	84.160	14.829	1.794	100.783
Baixa para perdas (incobráveis)	130.148	-	-	130.148
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(293.841)	-	(33.322)	(327.163)
Adoção inicial CPC 48 (i)	8.400	-	(1.717)	6.683
Adições	(217.899)	-	(21.149)	(239.048)
Reversões	141.549	-	18.405	159.954
Baixa para perdas (incobráveis)	74.814	-	-	74.814
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(286.977)	-	(37.783)	(324.760)

(i) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

Em 2018 a PECLD foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref	Tipo de Aplicação	2018	2017
Aplicações Financeiras Vinculadas	(a)			
CEF		CDB	3.158	2.963
Santander Natal Renda Fixa		Fundo	7.580	-
Total			10.738	2.963
Circulante			7.580	-
Não circulante			3.158	2.963

(a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Ref	2018	2017
Imposto de renda - IR	(a)	163.796	52.037
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	26.762	11.253
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	248.241	200.470
Programa de integração social - PIS	(c)	9.707	9.115
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	48.611	44.110
Instituto nacional de seguridade social - INSS		2.412	938
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
Total		501.942	320.336
Circulante		350.732	195.276
Não Circulante		151.210	125.060

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 197.404 (R\$ 186.502 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	91.035	194.090
Diferido ativo		511.113	515.155
Diferido passivo		(420.078)	(321.065)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	94.210	108.714
Total		185.245	302.804
Ativo		185.245	302.804

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo (Passivo) líquidos			
	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	17.976	4.494	69.089	17.272
Diferenças temporárias	249.865	62.466	501.802	125.451
	267.841	66.960	570.891	142.723
Contribuição social				
Prejuízos fiscais	17.628	1.587	68.940	6.205
Diferenças temporárias	249.865	22.488	501.802	45.162
Total	267.493	24.075	570.742	51.367
		91.035		194.090

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	95.352	95.352	70.028	70.028
Provisão para passivo atuarial	762.476	762.476	751.901	751.901
Provisão contingências	309.714	309.714	299.129	299.129
Provisão PLR	35.368	35.368	27.321	27.321
Prejuízo fiscal	17.976	17.628	69.089	68.940
Receita de ultrapassagem	182.588	182.588	189.811	189.811
Perda CCEE/Energia Livre	19.744	19.744	33.836	33.836
Ajuste da quota anual de amortização	77.873	77.873	60.036	60.036
Valor justo de derivativos financeiros	17.039	17.039	-	-
Déficit plano previdenciário	-	-	3.713	3.713
Outros	2.371	2.371	10.337	10.337
Total Ativo	1.520.501	1.520.153	1.515.201	1.515.052
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(2.121)	(2.121)
Valor justo do ativo indenizável	(1.006.887)	(1.006.887)	(772.255)	(772.255)
Capitalização/ (amortização) de juros de acordo com o IFRS	(194.636)	(194.636)	(150.376)	(150.376)
Déficit plano previdenciário	(22.538)	(22.538)	(8.232)	(8.232)
Custo de captação	(28.599)	(28.599)	(11.326)	(11.326)
Total Passivo	(1.252.660)	(1.252.660)	(944.310)	(944.310)
Total Líquido	267.841	267.493	570.891	570.742

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2018 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 06 de dezembro de 2018 indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Os tributos diferidos ativos tem expectativa de realização no exercício de 2019 no valor de R\$ 91.035.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	760.071	760.071	212.098	212.098
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	190.018	68.406	53.025	19.089
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças Permanentes	(73.104)	(26.304)	(27.215)	(9.845)
Incentivos fiscais	(38.328)	-	-	-
Outros	590	236	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	79.176	42.338	25.810	9.244

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	-	13.816	-	-
Recolhidos e pagos	767	26.219	3.999	5.304
Compensados e deduzidos	108.994	2.993	46.331	2.937
Impostos antecipados a recuperar	(109.761)	(15.396)	(50.330)	(8.241)
Diferido	79.176	28.522	25.810	9.244
Imposto de renda e contribuição social do exercício	79.176	42.338	25.810	9.244
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	10,42%	5,57%	12,17%	4,36%

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Corrente	(13.816)	-
Diferido	(93.193)	(19.689)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(14.505)	(15.365)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(121.514)	(35.054)

(b) Benefício Fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Ágio - incorporado	1.126.867
Provisão constituída	(743.733)
Benefício fiscal	383.134
Amortização acumulada	(807.121)
Reversão acumulada	532.701
Saldos em 31 de dezembro de 2017	108.714
Amortização	(42.661)
Reversão	28.157
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.210

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2019	0,03680	2022	0,03130	2025	0,02680
2020	0,03480	2023	0,02970	2026	0,02540
2021	0,03280	2024	0,02820		

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

		2018						
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	719.256	-	719.256	146.542	-	146.542	865.798
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(b)	-	(243.961)	(243.961)	-	(44.620)	(44.620)	(288.581)
TUST		34.480	-	34.480	6.491	-	6.491	40.971
Neutralidade dos encargos setoriais		12.479	(16.797)	(4.318)	-	(5.499)	(5.499)	(9.817)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		10.283	(22.568)	(12.285)	3.428	-	3.428	(8.857)
Outras CVA's		750	-	750	-	-	-	750
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		2.681	-	2.681	-	-	-	2.681
Repasse de Sobrecontratação	(c)	6.825	(94.402)	(87.577)	2.275	-	2.275	(85.302)
Risco Hidrológico	(d)	-	(140.118)	(140.118)	-	(23.684)	(23.684)	(163.802)
Efeito das Recontabilizações		5.052	-	5.052	-	-	-	5.052
Ultrapassagem Demanda/ Excedente Reativo		-	-	-	-	(76.951)	(76.951)	(76.951)
Ressarcimento P&D		-	(17.220)	(17.220)	-	-	-	(17.220)
Outros itens financeiros		12.198	(336)	11.862	617	-	617	12.479
		804.004	(535.402)	268.602	159.353	(150.754)	8.599	277.201
2017								
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	671.302	-	671.302	216.705	-	216.705	888.007
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(b)	-	(243.781)	(243.781)	-	(66.092)	(66.092)	(309.873)
TUST		25.401	-	25.401	8.327	-	8.327	33.728
Neutralidade dos encargos setoriais		21.914	(12.502)	9.412	7.305	(96)	7.209	16.621
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	(54.299)	(54.299)	-	(17.845)	(17.845)	(72.144)
Outras CVA's		-	(585)	(585)	-	-	-	(585)
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		5.548	(4.884)	664	-	-	-	664
Repasse de Sobrecontratação	(c)	12.390	(173.504)	(161.114)	-	(57.835)	(57.835)	(218.949)
Risco Hidrológico	(d)	-	(114.614)	(114.614)	-	(38.205)	(38.205)	(152.819)
Efeito das Recontabilizações		18.122	-	18.122	-	-	-	18.122
Ultrapassagem Demanda/ Excedente Reativo		-	-	-	-	(9.842)	(9.842)	(9.842)
Outros itens financeiros		2.000	(1.414)	586	400	-	400	986
		756.677	(605.583)	151.094	232.737	(189.915)	42.822	193.916

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos iniciais	193.916	87.621
Constituição Ativa (Passiva)	252.605	159.071
Reversão (Amortização)	(195.386)	(51.541)
Remuneração financeira setorial	26.066	(1.235)
Saldos finais Ativo (Passivo)	277.201	193.916

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(a) Energia

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 865.798 (R\$ 888.007 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(b) Encargo de Serviço Sistema – ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 288.582 (R\$ 309.873 em 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(c) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 85.302 (R\$ 218.949 em 31 de dezembro de 2017), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Risco Hidrológico

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém um componente financeiro de Risco Hidrológico passivo total atualizado de R\$ 163.802 (R\$ 152.819 em 31 de dezembro de 2017), decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017 e da amortização do saldo homologado pela ANEEL no processo tarifário em 2018.

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Ref	2018	2017
Saldos iniciais		4.057.274	3.143.698
Baixas		(3.258)	(7.332)
Reversão		1.855	30.437
Transferências do ativo intangível	(a)	467.344	738.332
Atualização valor reposição estimado da concessão	(b)	234.632	152.139
Saldos finais		4.757.847	4.057.274

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Impactado pelo ganho obtido do laudo de Revisão do 4º Ciclo, no montante de R\$ 89.826, vide nota 4v.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, serão revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão da outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível da Companhia está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização(%)	2018				2017
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,76%	9.924.742	(5.301.104)	(1.485.733)	3.137.905	3.224.360
Em curso						
Direito de uso da concessão		2.169.370	-	(168.476)	2.000.894	1.155.041
Total		12.094.112	(5.301.104)	(1.654.209)	5.138.799	4.379.401

De acordo com o Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Em 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 68.986 (R\$ 82.622 em 2017) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,68%.

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	9.022.735	(4.486.238)	(1.502.529)	3.033.968	1.273.121	(304.494)	968.627	4.002.595
Adições	-	-	-	-	1.876.323	(399.622)	1.476.701	1.476.701
Baixas	(181.632)	143.113	-	(38.519)	(8.890)	-	(8.890)	(47.409)
Amortizações	-	(522.154)	123.114	(399.040)	-	-	-	(399.040)
Transferências	790.400	-	(176.467)	613.933	(790.400)	176.467	(613.933)	-
Transferências para Ativo Financeiro	(4.559)	-	-	(4.559)	(1.010.084)	276.311	(733.773)	(738.332)
Transferências – Outros	-	-	18.577	18.577	67.584	(1.275)	66.309	84.886
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.626.944	(4.865.279)	(1.537.305)	3.224.360	1.407.654	(252.613)	1.155.041	4.379.401
Adições	-	-	-	-	1.827.663	(202.335)	1.625.328	1.625.328
Baixas	(152.023)	134.618	-	(17.405)	(11.986)	-	(11.986)	(29.391)
Amortizações	-	(570.122)	135.377	(434.745)	-	-	-	(434.745)
Transferências	453.617	-	(84.817)	368.800	(453.617)	84.817	(368.800)	-
Transferências para Ativo Financeiro	(a) (4.351)	-	-	(4.351)	(625.689)	162.696	(462.993)	(467.344)
Transferências – Outros	(b) 555	(321)	1.012	1.246	25.345	38.959	64.304	65.550
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.924.742	(5.301.104)	(1.485.733)	3.137.905	2.169.370	(168.476)	2.000.894	5.138.799

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

As adições de obrigação especial decorrem da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da conta de desenvolvimento energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à reserva global de reversão (RGR).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

13. FORNECEDORES

	2018	2017
Energia elétrica	370.655	681.973
Terceiros	296.577	619.745
Partes relacionadas	74.078	62.228
Encargos de uso da rede	104.578	64.362
Terceiros	101.433	61.780
Partes relacionadas	3.145	2.582
Materiais e serviços	405.405	301.795
Terceiros	405.402	301.795
Partes relacionadas	3	-
Energia livre	47.131	44.130
Total	927.769	1.092.260
Circulante	880.638	1.048.130
Não circulante	47.131	44.130

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Empréstimos e Financiamentos	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Moeda Nacional				
BANCO DO BRASIL	444.527	-	444.527	458.993
BNB	-	-	-	35.804
BNDES	1.010.741	-	1.010.741	955.027
CEF	57.673	-	57.673	65.036
ELETROBRÁS	-	-	-	37.145
FINEP	1.093	-	1.093	9.264
(-) Custos de transação	(3.894)	-	(3.894)	(6.864)
(-) Depósitos em garantia	(25.291)	-	(25.291)	(34.140)
Total Moeda Nacional	1.484.849	-	1.484.849	1.520.265
Moeda Nacional - Circulante	448.230	-	448.230	287.805
Moeda Nacional - Não Circulante	1.036.619	-	1.036.619	1.232.460
Moeda estrangeira				
BANCO TOKIO	213.280	(24.910)	188.370	39.024
BANK OF AMERICA	100.085	(66.566)	33.519	257.985
BNP PARIBAS	100.085	(23.867)	76.218	312.469
ITAÚ	470.062	(60.637)	409.425	400.052
JP MORGAN	96.875	(11.639)	85.236	141.459
MIZUHO	118.861	-	118.861	230.515
TÍTULOS EXTERNOS	-	-	-	266.249
CITIBANK	218.820	(42.547)	176.273	403.184
BEI	874.049	-	874.049	550.093
GOLDMAN SACHS	-	(116.432)	(116.432)	(65.236)
VOTORANTIM	-	(21.746)	(21.746)	(5.389)
SUMITOMO	99.846	(19.186)	80.660	79.458
ICBC	70.841	-	70.841	60.075
Opções	-	(1.421)	(1.421)	-
Non Deliverable Forward – NDF	-	19	19	-
Total Moeda Estrangeira	2.362.804	(388.932)	1.973.872	2.669.938
Moeda Estrangeira - Circulante	100.545	(7.903)	92.642	1.165.236
Moeda Estrangeira - Não Circulante	2.262.259	(381.029)	1.881.230	1.504.702
Total Empréstimos e Financiamentos	3.847.653	(388.932)	3.458.721	4.190.203
Empréstimos e Finan. - Circulante	548.775	(7.903)	540.872	1.453.041
Empréstimos e Finan- Não Circulante	3.298.878	(381.029)	2.917.849	2.737.162
Debêntures				
8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão	2.463.406	(15.880)	2.447.526	660.624
(-) Custos de transação	(24.705)	-	(24.705)	(4.848)
Total Debêntures	2.438.701	(15.880)	2.422.821	655.776
Debêntures - Circulante	332.521	(124)	332.397	7.816
Debêntures - Não Circulante	2.106.180	(15.756)	2.090.424	647.960
Endividamento Total	6.286.354	(404.812)	5.881.542	4.845.979
Endividamento Total - Circulante	881.296	(8.027)	873.269	1.460.857
Endividamento Total - Não Circulante	5.405.058	(396.785)	5.008.273	3.385.122

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2017	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (*)	2018
		Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	4.190.203	721.663	(1.496.024)	(269.486)	(2.279)	314.644	3.458.721
Debêntures	655.776	2.000.000	(250.000)	(97.563)	(24.298)	138.096	2.422.821
	2016	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (*)	2017
		Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e Financiamentos	3.790.969	1.640.082	(1.302.881)	(325.232)	(15.003)	402.268	4.190.203
Debêntures	657.571	-	-	(79.129)	(396)	77.730	655.776

(*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação; referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

(I) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	500.000	443.260
Bank of América	Dólar / Euro	Capital de Giro / NDFs	1,679% / Libor + 1,5000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2022	Aval da Neoenergia / Nota promissória	78.893	80.813
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600% / SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2019 a 2035	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.840.112	982.823
BNP Paribas	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	78.908	80.840
Citibank	Dólar	Capital de Giro / NDFs	Libor + 1,8000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia	176.048	180.899
European Investment Bank	Dólar	Investimentos	2,9730% a 3,4020% / Libor + 0,7690% a Libor + 0,8620%	2025 a 2030	Fiança Bancária	717.455	714.958
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000% / TJLP + 0,5000%	2019 a 2022	Aval da Neoenergia / Fiança Bancária	36.731	1.093
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	400.000	409.425
JP Morgan	Dólar	Capital de Giro	3,76670%	2020	Aval da Neoenergia	82.750	85.236
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,4000%	2020	Aval da Neoenergia	95.052	97.115
Sumitomo	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	78.908	80.660
Tokyo-Mitsubishi	Dólar	Capital de Giro / NDFs	4,1450%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia / Clean	179.834	186.963
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fiança Bancária	75.790	57.673
Industrial and Commercial Bank of China	Dólar	Capital de Giro	Libor + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	55.235	56.962
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	2.400.000	2.422.820
						6.795.714	5.881.541

14.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo Não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	402.403	1.344.022	727.882	1.316.662	3.790.969
Ingressos	92.748	168.075	50.000	1.329.259	1.640.082
Encargos	123.649	-	81.850	-	205.499
Variação monetária e cambial	5.268	22.948	75.663	38.807	142.686
Derivativos	-	-	51.436	(10.119)	41.317
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(205)	(886)	(1.091)
Transferências	329.785	(329.785)	1.169.021	(1.169.021)	-
Amortizações do principal	(511.992)	-	(790.889)	-	(1.302.881)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(125.732)	(4.146)	(210.357)	-	(340.235)
(-) Mov. depósitos em garantia	(34.140)	31.346	-	-	(2.794)
(-) Custos de transação	5.816	-	10.835	-	16.651
Saldos em 31 de dezembro de 2017	287.805	1.232.460	1.165.236	1.504.702	4.190.203
Ingressos	53.659	251.308	-	416.696	721.663
Encargos	96.341	-	109.534	-	205.875
Variação monetária e cambial	4.355	16.390	179.447	354.505	554.697
Derivativos	-	-	(136.295)	(342.095)	(478.390)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	1.785	16.581	18.366
Transferências	462.507	(462.507)	69.159	(69.159)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(372.169)	-	(1.123.855)	-	(1.496.024)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(98.325)	(1.032)	(172.408)	-	(271.765)
(-) Mov. depósitos em garantia	8.848	-	-	-	8.848
(-) Custos de transação	5.209	-	39	-	5.248
Saldos em 31 de dezembro de 2018	448.230	1.036.619	92.642	1.881.230	3.458.721

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<u>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</u>			
Dólar			
4131	jun/21	PRÉ	179.834
Financiamento	jan/30	LIBOR	236.862
<u>Taxa Média / Sub-total</u>		7,83%	416.696
<u>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</u>			
Financiamento	jun/24	TJLP	2.436
Financiamento	mar/24	TJLP	171.344
Financiamento	mar/24	SELIC	131.187
<u>Taxa Média</u>		9,10%	304.967
Taxa média e Total		8,36%	721.663

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2020	1.540.712	(766)	1.539.946
2021	493.834	(766)	493.068
2022	247.931	(470)	247.461
2023	191.023	(235)	190.788
2024	97.845	-	97.845
Após 2024	353.783	-	353.783
Total obrigações	2.925.128	(2.237)	2.922.891
Marcação a mercado			(5.042)
Total			2.917.849

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

O contrato firmado junto ao BNDES, que é apurado anualmente, prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, observado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. Em janeiro de 2018, a Companhia constituiu as garantias adicionais conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

Além dos índices financeiros listados acima, a Companhia possuía uma restrição com a Eletrobrás para captação de novas dívidas, caso o indicador Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3. Em 18 de outubro de 2018 a Companhia pré-pagou os referidos contratos com a Eletrobrás não existindo mais restrições para captação de novas dívidas indicador Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3.

14.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	12.054	645.517	657.571
Encargos	71.455	-	71.455
Variação monetária e cambial	52	2.855	2.907
Derivativos	3.475	(2.855)	620
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(70)	(70)
Transferências	(2.909)	2.909	-
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(79.129)	(396)	(79.525)
(-) Custos de transação	2.818	-	2.818
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.816	647.960	655.776
Ingressos	-	2.000.000	2.000.000
Encargos	125.692	-	125.692
Variação monetária e cambial	165	12.369	12.534
Derivativos	(568)	(3.923)	(4.491)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	727	727
Transferências	545.804	(545.804)	-
Amortização de principal	(250.000)	-	(250.000)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias, cambiais e swap líquidas	(100.956)	(20.905)	(121.861)
(-) Custos de transação	4.444	-	4.444
Saldos em 31 de dezembro de 2018	332.397	2.090.424	2.422.821

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Indexador	Valor Captado
10ª	abr/23	116% CDI	900.000
10ª	out/22	116% CDI	300.000
11ª	ago/25	IPCA + 6,2214%	800.000
Total			2.000.000

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2021	100.000	-	100.000
2022	450.000	(1.663)	448.337
2023	1.019.482	(6.783)	1.012.699
2024	269.482	(5.119)	264.363
Após 2024	269.482	(5.119)	264.363
Total obrigações	2.108.446	(18.684)	2.089.762
Marcação a mercado			662
Total			2.090.424

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A, listados abaixo:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

15. SALARIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2018	2017
Salários	132	15.071
Encargos sociais	4.561	12.247
Provisões de férias e 13º	29.557	28.965
Encargos sobre provisões de férias e 13º	11.847	4.482
Provisão para participação nos lucros e resultados	40.137	31.062
Outros	44	202
Total	86.278	92.029

16. ENCARGOS SETORIAIS

	Ref	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	40.214	42.346
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	1.974	1.981
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	987	990
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	48.587	43.491
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	47.286	26.003
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	930	784
Outros CCRBT	(d)	-	50.181
Total		139.978	165.776
Circulante		101.757	134.859
Não circulante		38.221	30.917

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso (R\$ 9.825 em 31 de dezembro de 2017); CDE-ENERGIA no valor de R\$ 8.023 (R\$ 7.800) conforme Resolução nº 2.446 de 09/2018 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 32.191 (R\$ 24.721) conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	72.102	91.446
Programa de integração social - PIS	13.675	12.386
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	63.359	57.399
Instituto nacional de seguridade social - INSS	6.626	4.826
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1.798	1.591
Imposto sobre serviços – ISS	357	434
Impostos e contribuições retidos na fonte	49.914	11.894
Outros	240	1.377
Total	208.071	181.353
Circulante	201.717	175.993
Não Circulante	6.354	5.360

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	165.580	134.828	20.346	5.135	325.889
Adição	25.170	90.052	311	-	115.533
Reversões por ganho	(21.576)	(21.302)	(2.915)	-	(45.793)
Reversões por					
Pagamentos/Indenizações	(19.897)	(103.673)	2.825	-	(120.745)
Atualização	22.485	17.400	1.307	531	41.723
Saldos em 31 de dezembro de 2017	171.762	117.305	21.874	5.666	316.607
Adição	26.099	76.598	450	-	103.147
Reversões por ganho	(21.440)	(20.236)	3	-	(41.673)
Reversões por					
Pagamentos/Indenizações	(12.464)	(83.074)	(461)	-	(95.999)
Atualização	19.403	24.029	1.074	604	45.110
Saldos em 31 de dezembro de 2018	183.360	114.622	22.940	6.270	327.192
Circulante	12.464	43.911	462	-	56.837
Não circulante	170.896	70.711	22.478	6.270	270.355

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo a cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 463.526 (R\$ 604.785 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 835.760 (R\$ 769.262 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.233.011 (R\$ 1.254.282 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 138.382 (R\$132.768 em 31 de dezembro de 2017); e

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 766.713 (R\$ 715.976 em 31 de dezembro de 2017).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado R\$ 198.698 (R\$ 182.360 em 31 de dezembro de 2017) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos: (i) processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais, com valor estimado de R\$ 46.744 (R\$ 41.875 em 31 de dezembro de 2017); e (ii) processo nº 0067683-83.2014.4.01.3400, que questiona a legalidade dos atos administrativos da ANEEL consubstanciados no Auto de Infração 118/2012-SFE/ANEEL, com valor estimado em R\$ 31.496 (R\$ 27.932 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2018	2017
Trabalhistas	243.942	237.021
Cíveis	89.074	85.213
Fiscais	88.543	77.202
Outros	12.042	11.445
Total	433.601	410.881

19. OUTROS PASSIVOS

	Ref	2018	2017
Consumidores		77.116	75.012
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		19.032	7.339
Caução em garantia	(a)	286.254	234.919
Adiantamentos recebidos		10.800	9.847
Outros		25.010	22.256
		419.212	349.373
Circulante		294.333	287.515
Não circulante		123.879	61.858

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

- (a) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.050.000 (R\$ 1.300.000 em 31 de dezembro de 2017) e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 2.988.162, resultado da homologação do aumento de Capital realizada em Assembléia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia no valor de R\$ 850.000, em Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2018 no valor de R\$ 20.337 e Reunião do Conselho de Administração de 27 de julho de 2018, no valor de R\$ 818.777.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

2018								
							Total	
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A .	144.923	1.652.270	25.511	290.848	82.878	944.898	253.312	2.888.016
Outros	7.074	80.658	1.709	19.488	-	-	8.783	100.146
Total	151.997	1.732.928	27.220	310.336	82.878	944.898	262.095	2.988.162

2017								
							Total	
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A .	112.461	716.102	19.796	126.055	64.314	409.524	196.571	1.251.681
Outros	6.037	38.437	1.402	8.930	-	-	7.439	47.367
Total	118.498	754.539	21.198	134.985	64.314	409.524	204.010	1.299.048

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro do exercício	638.557	177.044
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	232.086	195.678
Lucro básico e diluído por ação – R\$	2,75	0,91

(*)Considera os aumentos de capital ocorridos em: (i) 20 de março de 2018, com emissão de 17.263.796 ações do tipo ordinária, 3.101.901 ações do tipo preferencial classe A e 9.563.348 ações do tipo preferencial classe B; (ii) 27 de julho de 2018, com a emissão de 16.235.889 ações do tipo ordinária, 2.919.354 ações do tipo preferencial do tipo classe A e 9.000.787 ações do tipo preferencial de Classe B.

Reservas de capital

a) Reserva especial de agio

Reserva no montante de R\$ 339.052 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 44.083 (R\$ 44.083 em 31 de dezembro de 2017) e a disponível para capitalização é de R\$ 244.841 (R\$ 230.338 em 31 de dezembro de 2017).

b) Gastos com emissão de ações

Valor de gasto incremental (R\$ 1.661) com laudo de terceiro para viabilizar captação de recursos, reconhecido conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (IAS 32).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo ações apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 38.328 de incentivo fiscal SUDENE.

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$ 31.928 em 31 de dezembro de 2018.

c) Reserva de retenção de lucro

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2018					
RCA 28 de junho de 2018	JSCP	114.232	0,4733478	0,4733478	0,5206826
RCA 19 de dezembro de 2018	JSCP	192.000	0,7101014	0,7101014	0,7811115
		306.232			
2017					
RCA de 30 de junho de 2017	JSCP	115.290	0,5939456	0,5939456	0,6533401
		115.290			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	Ref	2018	2017
Lucro líquido do exercício		638.557	177.044
Incentivo fiscal SUDENE		(38.328)	-
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9		4.411	-
Base de cálculo do dividendo		604.640	177.044
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		151.160	44.261
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:			
Juros sobre capital próprio		306.232	115.290
Dividendos propostos	(a)	266.480	-
Total Bruto		572.172	115.290
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*).		(44.875)	(168)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

(a) Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Saldos iniciais	225.882	118.455
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	306.232	115.290
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(44.875)	(168)
Pagos no exercício	(321.128)	(7.801)
Prescritos	-	106
Saldos finais	166.111	225.882

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em outros resultados abrangentes: (i) os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retorno esperado sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego; e (ii) os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, ambos líquidos dos efeitos tributários.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref	2018	2017
			(Reclassificado)
Fornecimento de energia	(a)	5.490.371	4.871.196
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	251.799	503.158
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	5.517.824	4.641.914
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	57.219	107.529
Receita de construção da infraestrutura da concessão		1.625.576	1.396.960
Outras receitas	(e)	320.003	244.197
Total receita bruta		13.262.792	11.764.954
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(4.025.428)	(3.623.716)
Total receita operacional líquida		9.237.364	8.141.238

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento Redes, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia; e foram geradas, geograficamente, na região Nordeste.

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017
Consumidores:				
Residencial	7.025.231	6.828.436	4.892.372	4.196.961
Industrial	1.575.594	1.687.980	859.466	803.505
Comercial	3.298.861	3.233.978	2.382.826	2.073.650
Rural	1.955.706	1.996.763	665.381	575.030
Poder público	734.541	701.776	449.611	381.435
Iluminação pública	1.156.100	1.078.897	360.038	296.807
Serviço público	759.662	719.741	264.101	221.161
Consumo próprio	15.995	16.410	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	23.867	999
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	(5.158.108)	(4.322.559)
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	750.817	644.207
Total	16.521.690	16.263.981	5.490.371	4.871.196

(*) Informações não auditadas.

- (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2018	2017
Receita de Uso - Consumidor livre	359.716	319.355
Receita de Uso - Consumidor cativo*	5.158.108	4.322.559
	5.517.824	4.641.914

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	2018	2017
CVA		
Energia	(61.722)	690.375
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	69.724	(215.273)
TUST	3.225	33.300
Neutralidade dos encargos setoriais	(28.126)	42.154
Outras CVA's	68.230	(101.673)
Outros Itens Financeiros		
Revisão Tarifária	1.456	21.398
Sobrecontratação	126.585	(179.579)
Risco Hidrológico	(5.659)	(149.227)
Efeito das recontabilizações	(19.484)	(40.701)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(65.022)	9.693
Ressarcimento P&D	(17.220)	-
Outros itens financeiros	(14.768)	(2.938)
Total	57.219	107.529

(e) Outras Receitas

	2018	2017
Renda da prestação de serviços	10.064	15.674
Arrendamentos e aluguéis	45.081	38.588
Serviço taxado	6.935	14.831
Valor de reposição estimado da concessão (*)	234.632	152.139
Comissão serviços de terceiros	21.823	18.860
Outras receitas	1.468	4.105
	320.003	244.197

(*) A Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da Receita Bruta

	2018	2017
		Reclassificado
Impostos e contribuições		
ICMS	(2.245.524)	(1.935.671)
PIS	(187.823)	(170.925)
COFINS	(865.255)	(787.350)
ISS	(8.117)	(7.774)
Encargos Setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	(645.570)	(525.683)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(36.830)	(33.032)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(14.732)	(13.369)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(7.366)	(6.685)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (**)	41.084	(13.213)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(24.441)	(15.200)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(20.135)	(105.095)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica–TFSEE	(10.719)	(9.286)
Outros	-	(433)
Total	(4.025.428)	(3.623.716)

(*) Vide nota 16 (a). (**) Crédito de ressarcimento P&D, referente a 2017-SAF/ANEEL – Ofício 350-8.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (*)		R\$	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	12.314.389	11.259.602	(1.938.508)	(1.620.370)
Contratos bilaterais	2.154.960	2.659.096	(443.776)	(597.554)
Contratos por cotas de garantia física	5.572.870	6.363.909	(492.001)	(398.385)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	654.523	654.523	(161.153)	(146.927)
Mercado de Curto Prazo	23.631	32.686	(185.866)	(125.180)
PROINFA	408.063	413.450	(121.001)	(122.337)
Ressarcimento de energia			35.756	38.186
(-) Créditos de PIS e COFINS			422.358	378.248
Custos Variáveis			(1.163.637)	(1.337.515)
Total	21.128.436	21.383.266	(4.047.828)	(3.931.834)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(640.929)	(418.552)
Encargos de conexão			(51.260)	(31.725)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(7.517)	(5.342)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			(54.939)	(66.632)
Encargos de Energia de Reserva - EER			40.121	166.802
(-) Créditos de PIS e COFINS			69.289	39.618
Total			(645.235)	(315.831)
Total de custos com energia elétrica			(4.693.063)	(4.247.665)

(*) Informações não auditadas.

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Receitas / Despesas	Ref.	2018				2017
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras Receitas/ (Despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(212.089)	(65.474)	(134.342)	(411.905)	(Reclassificado)
Administradores		-	-	(3.898)	(3.898)	(423.688)
Benefício pós emprego		-	-	(428)	(428)	(9.807)
Material		(44.990)	(432)	(1.986)	(47.408)	(5.474)
Serviços de terceiros		(528.357)	(58.157)	(119.500)	(706.014)	(38.496)
Amortização	(b)	(388.331)	-	(32.626)	(420.957)	(731.462)
Arrendamentos e aluguéis		(1.755)	(5)	(5.408)	(7.168)	(388.055)
Tributos		(100)	(123)	(6.966)	(7.189)	(6.508)
Provisão para perdas esperada de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD		-	(86.082)	-	(86.082)	(7.109)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(61.474)	(61.474)	(74.168)
Outras receitas/despesas	(c)	(18.156)	(1.667)	728	(19.095)	(70.268)
Total custos / receitas / despesas		(1.193.778)	(211.940)	(365.900)	(1.771.618)	(1.807.823)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2018	2017
		(Reclassificado)
Remunerações	(192.869)	(209.646)
Encargos sociais	(88.659)	(88.189)
Auxílio alimentação	(29.027)	(24.927)
Previdência privada e outros benefícios	(15.762)	(22.487)
Rescisões	(25.358)	(8.955)
Férias e 13º salário	(49.257)	(48.435)
Plano de saúde	(42.800)	(30.935)
Participação nos lucros e resultados	(42.694)	(49.406)
Encerramento de ordem em curso	(1.493)	(1.610)
(-) Transferências para ordens	79.140	60.902
Outros	(3.126)	-
	(411.905)	(423.688)

(b) Amortização

	2018	2017
Quota de amortização no exercício	(434.745)	(399.040)
Cota bens de renda	(153)	(163)
(-) Crédito PIS/COFINS	13.941	11.148
	(420.957)	(388.055)

(c) Outras receitas e despesas

	2018	2017
Seguros	(4.148)	(3.847)
Doações e contribuições	(585)	(1.135)
Recuperação de despesa	10.548	10.287
Órgãos de classe do setor elétrico	(2.998)	(3.654)
Despesas de viagem	(12.128)	(12.749)
Consumo próprio de energia elétrica	(10.512)	(10.031)
Propaganda e publicidade	(2.602)	(2.548)
Alimentação	(1.122)	(1.222)
Multas regulatórias (*)	-	(38.427)
Encerramento de ordem	(325)	(590)
Multa contratual do consumidor	76.322	71.981
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(73.654)	(55.101)
Indenização danos elétricos	(4.696)	(4.803)
Eventos	(698)	(548)
Outros	7.503	(401)
Total	(19.095)	(52.788)

(*) Adoção do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

24. RESULTADO FINANCEIRO

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (Reclassificado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	98.228	38.174
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	55.478	48.594
Variações monetárias e cambiais - Dívida	1.122.204	633.962
Variações monetárias e cambiais – Outras receitas	1.497	6.025
Instrumentos financeiros derivativos	1.101.783	409.395
Atualização depósitos judiciais	12.000	9.019
Atualização do ativo financeiro setorial	26.066	-
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(12.615)	(6.541)
Outras receitas financeiras	42.388	10.894
Total	2.447.029	1.149.522
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(285.134)	(224.006)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(1.696.688)	(778.582)
Variações monetárias e cambiais – Outras despesas	(18.256)	(27.232)
Instrumentos financeiros derivativos	(620.386)	(451.330)
Benefícios Pós-Emprego e outros benefícios	(74.778)	(65.526)
IOF	(7.857)	(8.837)
Encargos P&D/PEE	(4.028)	(4.925)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	(1.236)
Atualização contingências	(45.110)	(41.723)
Outras despesas financeiras	(81.828)	(22.817)
Total	(2.834.065)	(1.626.214)
Resultado financeiro líquido	(387.036)	(476.692)

25. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
<u>Compra de Energia Elétrica</u>						
Itapebi Geração de Energia S.A.	(a.1)	-	-	-	(116.280)	2017
Termopernambuco S/A	(a.1)	(16.200)	(20.628)	(131.483)	(131.025)	2023
Baguari I Geração Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(601)	(600)	(5.059)	(4.902)	2039
Norte Energia S.A.	(a.2)	(47.293)	(30.147)	(396.981)	(246.009)	2045
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.544)	(2.542)	(21.427)	(20.734)	2040
Calango 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(121)	-	(1.430)	2033
Calango 4 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(113)	-	(1.326)	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(120)	-	(1.409)	2033
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(101)	-	(1.184)	2032
Calango 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(104)	-	(1.222)	2033
Calango 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(122)	-	(1.430)	2033
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(102)	-	(1.195)	2032
Mel 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(82)	-	(963)	2032
Arizona 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(110)	-	(1.291)	2032
Cia Hidroelétrica Teles Pires	(a.2)	(7.440)	(7.326)	(62.668)	(65.146)	2044
		(74.078)	(62.218)	(617.618)	(595.546)	

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
	Ref	2018	2017	2018	2017	Vencimento
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)</u>						
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Se Narandiba S.A.	(c)/(d)/(e) (c)/(d)	(1.679) (1.389)	(1.439) (940)	(13.944) (10.631)	(13.878) (8.950)	2017 e 2027 2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)/(d)	(69) (3.137)	(63) (2.442)	(580) (25.155)	(439) (23.267)	2027
<u>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
Celpe	(b)	546 546	412 412	5.037 5.037	5.173 5.173	2020 e Renovação Automática
<u>Fornecimento de Energia</u>						
Itapebi Geração De Energia S.A.	(f)	108 108	57 57	872 872	914 914	Indeterminado
<u>Serviços Administrativos</u>						
Afluente Transmissão Energ.Elétrica S.A.	(n)	(3)	(11)	(34)	-	2023
Faelba	(g)	27.216 27.213	20.755 20.744	(30.917) (30.951)	(10.723) (10.723)	Indeterminado
CONTROLADORES						
	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
<u>Serviços Administrativos</u>						
Neoenergia S.A	(e)	36.912	15.477	(42.649)	(7.740)	2019
Banco do Brasil	(i)	- 36.912	- 15.477	(6.091) (48.740)	(5.335) (13.075)	Indeterminado
<u>Dividendos e JSCP</u>						
Neoenergia S.A	(l)	(157.898)	(223.678)	-	-	
Previ		(4.265)	-	-	-	
Outros Minoritários	(l)	(3.948) (166.111)	(2.204) (225.882)	- -	- -	
CONTROLADORES						
	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
<u>Empréstimos e Aplicação Financeira</u>						
Banco do Brasil	(h)/(j)/(k)	(299.864) (299.864)	(241.054) (241.054)	19.307 19.307	(41.211) (41.211)	2019 e 2021
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)</u>						
Neoenergia S.A	(m)	- -	(850.000) (850.000)	- -	- -	
TOTAL						
		(478.411)	(1.344.906)	(697.248)	(677.735)	
CIRCULANTE		(260.186)	(54.109)			
NÃO CIRCULANTE		(218.225)	(1.290.797)			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) (i) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata. (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval.

(f) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(g) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais e contabilizações dos fundos de reservas: (i) As Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 983 de 11/10/2017, nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015; (ii) O excedente da reserva do fundo de risco; e (iii) o fundo de sobras.

(h) Contratos de empréstimo corrigidos pela taxa fixa de 9,5% a.a; e mensalmente com base no CDI, com vigência entre 2019 e 2021.

(i) Contrato de serviço de arrecadação das faturas de energia corrigido pelo IPCA.

(j) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB).

(k) Contrato de aplicação em Fundos de Investimentos em Renda Fixa – BB POLO 28 .

(l) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

(m) A Companhia celebrou contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, junto a sua Controladora Neoenergia S.A, integralizado em Julho de 2018.

(n) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

25.1. Remuneração da administração

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.898 (R\$ 9.807 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	3.077	3.539
Benefícios de curto prazo	1.521	3.371
Benefícios de longo prazo	(700)	1.384
Rescisões contratuais	-	1.513
Total	3.898	9.807

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores registrados na contabilidade pelo regime de competência apresentam saldo credor em decorrência da reversão de provisões de ILP, constituídas em exercícios anteriores, e que não irão mais ser pagas.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 29 de março de 2018, aprovou o montante de até R\$ 7.207 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante pago foi de R\$ 5.293 (R\$ 7.615 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhamento abaixo:

	2018	2017
Remuneração recorrente	2.920	3.330
Benefícios de curto prazo	833	1.860
Benefícios de longo prazo	1.541	912
Rescisões contratuais	-	1.513
Total	5.293	7.615

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida; e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas, principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 883.954, sendo R\$ 543.039 em fundos exclusivos e R\$ 340.915 em outros ativos.

Adicionalmente, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2018 um volume de R\$ 200.000 em *stand-by credit facilities* junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual, e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	3.847.653	4.855.258	724.183	2.000.231	624.616	337.555	273.614	895.059
Debêntures	2.438.701	3.453.745	462.121	165.072	307.541	612.425	1.170.413	736.173
Fornecedores	927.769	927.769	880.638	-	-	-	-	47.131
Passivos financeiros derivativos								
Swap cambial e de taxa de juros	(403.410)	(621.706)	19.258	(261.158)	(42.184)	(6.575)	(16.782)	(314.265)
Non-deliverable Forwards (NDF)	19	19	12	7	-	-	-	-
Opções	(1.421)	(1.421)	(593)	(828)	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Ratings de longo prazo em escala nacional*	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Votorantim

Aa3

AAA

-

(*) Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	251.209	183
Títulos e valores mobiliários	10.738	2.963
Contas a receber de clientes e outros	2.030.455	1.946.063
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	277.201	193.916
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	632.745	583.610
Concessão do Serviço Público - Indenização	4.757.847	4.057.274

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Ativo	US\$ 404.224	US\$ 668.960	2018 - 2029	1.582.025	2.288.652	
Passivo	R\$ 1.296.047	R\$ 1.896.564		(1.291.108)	(1.896.573)	
Risco de crédito				(573)	1.735	
Líquido				290.344	393.814	(103.470)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 201.522	US\$ 170.996	2017 - 2020	775.622	571.927	
Passivo	R\$ 663.607	R\$ 541.724		(678.511)	(541.724)	
Risco de crédito				75	124	
Líquido				97.186	30.327	66.859

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado receber/recebido ou a pagar/pago
	2017			2017		2018
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós						
Ativo		€ 75.641	2018		299.258	
Passivo		R\$ 235.143			(235.143)	
Risco de crédito					252	
Líquido					64.367	(64.367)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ 108.484	R\$ 104.481	2021	117.871	117.923	
Passivo	R\$ 101.330	R\$ 101.494		(101.971)	(101.494)	
Risco de crédito				(20)	66	
Líquido				15.880	16.495	(615)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iv) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Opções	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018			2018	2018
Compra de Call	US\$ 2.568		2018 - 2020	1.436	
Venda de Put				(15)	
Líquido				1.421	1.421

Opções	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018			2018	2018
Termo USD	US\$ 254		2019 a 2020	(9)	
Líquido				(9)	(9)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(v) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, o Grupo pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	30/09/2018
Termo EUR	€ 58	€	2018 a 2020	(10)	-
				(10)	(10)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.
- Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II: Considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: Considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,8748	(2.362.804)	(590.701)	(1.181.402)
Swap Ponta Ativa em Dólar				2.357.647	589.412	1.178.823
Exposição Líquida				(5.157)	(1.289)	(2.579)
Collar	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,9576	1.421	(1.053)	(2.839)
Item protegido: parte de desembolsos em USD						
Exposição Líquida				1.421	(1.053)	(2.839)
NDF	Dólar(\$)	Queda do Dólar		(9)	(244)	(489)
Item protegido: parte de desembolsos em USD						
Exposição Líquida				(9)	(244)	(489)
NDF	Euro(€)	Queda do Euro		(10)	(64)	(129)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR						
Exposição Líquida				(10)	(64)	(129)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	6,40 %	830.277	53.138	(13.284)	(26.569)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,40%	(1.868.696)	(139.096)	(173.870)	(208.644)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,40%	(2.071.591)	(143.974)	(35.993)	(71.987)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	(938.412)	(88.036)	(7.256)	(14.513)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	117.871	11.624	915	1.831
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,81%	(708.538)	(23.278)	(5.820)	(11.639)
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,81%	709.156	23.314	5.828	11.657
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,88%	(874.061)	(23.538)	(5.885)	(11.769)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2,88%	872.869	23.503	5.876	11.752
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,40%	(324.312)	(28.552)	(5.306)	(10.612)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,03%	(590.452)	(53.911)	(10.377)	(20.754)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

		2018		2017	
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado		2.204.843	287.939	1.815.962	196.879
Caixa e equivalentes de caixa		251.209	-	183	-
Títulos e valores mobiliários	2	10.738	10.738	2.963	2.963
Contas a receber de clientes e outros	2	1.705.695	-	1.618.900	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	277.201	277.201	193.916	193.916
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		5.726.987	5.094.242	5.153.806	4.570.196
Caixa e equivalentes de caixa		632.745	-	583.610	-
Swap e cambial	2	336.395	336.395	512.922	512.922
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	4.757.847	4.757.847	4.057.274	4.057.274
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		71.540	71.540	-	-
Opções	2	1.436	1.436	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	70.104	70.104	-	-
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		4.733.447	4.783.492	3.166.872	3.194.517
Fornecedores		927.769	927.769	1.092.260	1.092.260
Empréstimos e financiamentos	2	1.484.849	1.534.894	1.520.265	1.547.910
Debêntures	2	2.320.829	2.320.829	554.347	554.347
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		2.481.229	2.481.229	3.284.289	3.284.289
Empréstimos e financiamentos	2	2.362.804	2.362.804	3.158.447	3.158.447
Debêntures	2	117.872	117.872	117.923	117.923
Swap e cambial	2	553	553	7.919	7.919
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		2.570	2.570	-	-
Non-deliverable forwards (NDF)	2	19	19	-	-
Opções	2	15	15	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	2.536	2.536	-	-

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houveram transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação nos ativos de nível 3 e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 65.312 (R\$ 99.363 em 31 de dezembro de 2017), e estão divulgados nas notas explicativas 11 e 12.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>
De 2020 a 2030	3.923.263	4.269.791	4.557.444	4.904.268	5.254.528	40.906.272

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2018, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1, estruturado na modalidade de contribuição definida) e um plano de assistência médica e odontológica (Plano de Saúde Pós Emprego), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – Plano BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 (FAELFLEX) – Plano CD).

O Plano de Benefícios Previdenciários nº 2 – é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2018	2017
Custo do Intangível em Curso	(2.360)	(2.017)
Despesas Operacionais	(12.440)	(15.927)
	(14.800)	(17.944)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

Plano de Saúde Pós Emprego

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial para cobertura de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a Empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA e do plano de saúde, em 31 de dezembro de 2018 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		2018	2017
	2018	2017	2018	2017		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,10%	9,59%	9,25%	9,93%	9,46%	10,21%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	5,29%	5,55%	5,29%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	N/A	4,25%	4,50%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	5,50%	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD			
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Taxa de rotatividade esperada	8,82%	8,73%	Nula	Nula	8,82%	8,73%
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	-	-
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000 Basic	BR-EMSsb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	BR-EMSsb-2015 masculina (Suavizada em 15%)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	BR-EMSsb-2015 Masculina (Suavizada em 15%)	BR-EMSsb-2010 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	Plano CD		Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-	6.796	351.191	345.405	806.774	798.044
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-	6.545	322.521	316.921	722.223	710.058
% de impacto na obrigação de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	0%	1,92%	4,43%	4,48%	5,81%	6,14%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	0%	-1,84%	-4,10%	-4,14%	-5,28%	-5,56%
Impacto na duração média na obrigação de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	-	3,81	9,75	8,76	12,75	11,91
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-	3,71	9,23	8,45	11,89	11,45

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	29.630	29.164	84.188	126.627	269.609
Benefícios de saúde pós-emprego	43.420	44.722	138.558	242.783	469.483

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	-	(3.906)
Benefícios de previdência - BD	24.064	9.950
Benefícios de saúde pós-emprego	(762.477)	(751.901)
	(738.413)	(745.857)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	2.851	(733)
Benefícios de previdência - BD	960	860
Benefícios de saúde pós-emprego	(76.891)	(69.139)
	(73.080)	(69.012)
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	1.055	1.976
Benefícios de previdência - BD	13.153	1.759
Benefícios de saúde pós-emprego	20.474	(156.035)
	34.682	(152.300)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós-Emprego	
	CD		BD		2018	2017
	2018	2017	2018	2017		
Custo do serviço passado	2.876	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(1.307)	(28)	(7)	(2.430)	(4.161)
Custo dos juros	(317)	(547)	988	867	(74.461)	(64.978)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	1.121	-	-	45.842	40.470
Total incluído no resultado	2.851	(733)	960	860	(31.049)	(28.669)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Obrigações atuariais em 01/01/2017	(9.177)	(307.662)	(567.196)
Custo do serviço corrente	(1.307)	(7)	(4.161)
Custo dos juros	(996)	(34.552)	(64.978)
Contribuições pagas pelos participantes	(18)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	395	36.659	40.470
Premissas demográficas	2.968	(14.141)	7.168
Premissas financeiras	(114)	(21.393)	(64.769)
Experiência do plano	1.582	10.493	(98.435)
Obrigações atuariais em 31/12/2017	(6.667)	(330.603)	(751.901)
Custo do serviço passado	6.798	-	-
Custo do serviço corrente	(845)	(28)	(2.430)
Custo dos juros	(571)	(31.373)	(74.461)
Contribuições pagas pelos participantes	(24)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	343	48.372	45.842
Premissas demográficas	28	-	453
Premissas financeiras	(14)	(13.273)	(37.170)
Experiência do plano	952	(9.399)	57.190
Obrigações atuariais em 31/12/2018	-	(336.304)	(762.477)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Valor Justo dos ativos em 31/12/2016	4.028	478.018	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	449	54.705	-
Redimensionamento atuariais	(2.459)	10.424	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.121	-	40.470
Contribuições pagas pelos participantes	18	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(395)	(36.659)	(40.470)
Valor Justo dos ativos em 31/12/2017	2.762	506.488	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	253	48.838	-
Redimensionamento atuariais	89	50.035	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.137	-	45.842
Contribuições pagas pelos participantes	25	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(343)	(48.372)	(45.842)
Pagamentos do custo do serviço passado dos ativos do plano	(3.923)	-	-
Valor Justo dos ativos em 31/12/2018	-	556.989	-

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Ativos Administrados pela FAELBA				
	2018		2017		
	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	543.586	543.586	2.418	493.750	496.168
Renda variável	1.748	1.748	303	1.954	2.257
Investimentos imobiliários	11.656	11.656	41	10.784	10.825
Total	556.990	556.990	2.762	506.488	509.250
Renda fixa	98%	98%	88%	98%	98%
Renda variável	-	-	11%	0%	0%
Investimentos imobiliários	2%	2%	1%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2019 são:

	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	(5)	(1.260)
Custo dos juros	2.226	(70.076)
Custo da obrigação (ORA)	5	-
Custo total da obrigação	2.226	(71.336)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 129.797 (R\$ 117.624 em 31 de dezembro de 2017).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Risco Operacional - Subestações e Usinas	08/10/18 a 31/05/19	881.313	677
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/18 a 08/10/19	10.000	2.322
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	93

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultam no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais (“all risks”).

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2018, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na Companhia:

- Compensação Ambiental - Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas dos biomas de Mata Atlântica e Caatinga; Projeto de Meliponicultura que atua no manejo da abelha urucu de forma sustentável em uma área remanescente de Mata Atlântica, na região metropolitana de Salvador; apoio ao projeto de pesquisa botânica no Parque das Dunas, em uma área de restinga do bioma Mata Atlântica, na cidade de Salvador e a elaboração e distribuição do Guia Turístico e Cultural com a participação de lideranças locais dos municípios de Ibicoara e Iramaia. Todos estes projetos são compensações ambientais oriundas do licenciamento dos empreendimentos da distribuidora.

- Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico;

- Gerenciamento de Resíduos - Reutilização de carretéis de madeira por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente. Também foi elaborado o Plano Corporativo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para as distribuidoras do Grupo.

A distribuidora realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos aplicados	255.747	140.462	46.631	41.763

* Informações não auditadas

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 14 de fevereiro de 2019, será proposto na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a deliberação de dividendos adicionais, a partir da reserva de retenção de lucro, no montante de R\$ 500.000.